

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Ao Abrigo do Acordo Quadro Para Fornecimento de Refeições da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – CIM-TS
- Ref.ª CP/201803 – Anúncio do Procedimento n.º 3641/2018 -Publicado no Diário da República n.º 99, II Série, de 23 de março de 2018 e no JOUE n.º 2018/S 099-226204

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. O presente convite regula o procedimento, por Consulta Prévia, com vista à celebração do contrato de prestação de serviços, e tem por objetivo a aquisição de serviços para a confeção e fornecimento de refeições nas escolas do Município do Marco de Canaveses – ano letivo 2020/2021, a um número previsível de 1 460 alunos diariamente.
2. A entidade adjudicante é o Município de Marco de Canaveses, pessoa coletiva número 501 073 655, com sede no Largo Sacadura Cabral, 4630-219 – Marco de Canaveses, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento: números de telefone 255 538 800 - Fax: 255 538 899 - Plataforma eletrónica de contratação pública eletrónico: <http://www.acingov.pt>.
3. A decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada por despacho da Exma. Sra. Presidente da Câmara de 15 de julho de 2020, no uso de competência delegada por deliberação de Câmara, datada de 26 de outubro de 2018, publicitada através do edital nº 154/2017, de 31 de outubro.
4. A contratação é precedida do presente procedimento de Consulta Prévia, nos termos do disposto no artigo 259.º n.º 1, do Código dos Contratos Públicos;
5. O procedimento de Concurso Público foi escolhido ao abrigo do critério previsto no artigo 259.º n.º 1 do CCP;
6. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante e o interessado, concorrente e adjudicatário relativamente à fase de formação do contrato serão escritas e redigidas em português e efetuadas através da plataforma eletrónica indicada no ponto 2.
7. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º, do Código dos Contratos Públicos, aplicável com as necessárias adaptações, as peças do procedimento encontram-se patentes de forma livre e gratuita na plataforma eletrónica indicada em 2, onde podem ser consultadas;

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

8. O anúncio do Acordo Quadro Para Fornecimento de Refeições da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – CIM-TS - Ref.ª CP/201803 – Procedimento n.º 3641/2018 – foi Publicado no Diário da República n.º 99, II Série, de 23 de março de 2018 e no JOUE n.º 2018/S 099-226204;
9. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
10. Os interessados podem descarregar, gratuitamente, as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no n.º 2, devendo, para tanto, proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes do mesmo.
11. O Processo do Procedimento é constituído pelas seguintes peças:
 - a) O Convite;
 - b) O Caderno de Encargos.

II – OBJETO, PREÇO E PRAZO DO CONTRATO A CELEBRAR

12. O contrato tem por objeto a prestação dos serviços melhor identificados em 1.
13. O prazo de execução contratual terá início, previsivelmente, a partir do dia 01 de setembro de 2020 e terminará no dia 31 de agosto de 2021, respeitando de acordo com o calendário escolar fixado pelo Ministério da Educação e Ciência, podendo, eventualmente, ser reajustado em função do desenrolar do presente procedimento e da outorga do respetivo contrato.
14. O Preço Base do procedimento é de **168 732,00 € (cento e sessenta e oito mil setecentos e trinta e dois euros)**, não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
15. O parâmetro base fixado no número anterior representa o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelas prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
16. A violação do preço base implica a consequência prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

III- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

17. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade avaliação do preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

18. Caso sejam recebidas mais do que uma proposta com o mesmo preço, o desempate entre elas e a subsequente ordenação das propostas far-se-á segundo os seguintes critérios sucessivos:
1. Será ordenada em primeiro lugar, entre as empatadas, a proposta que apresente o maior valor expresso no Anexo J - Nota Justificativa do Preço Unitário, desagregado na rubrica - a) matéria prima alimentar;
 2. Se mesmo assim, persistirem propostas empatadas entre si, será ordenada em primeiro lugar, entre as empatadas, a proposta que apresente o maior valor expresso no Anexo J - Nota Justificativa do Preço Unitário, desagregado na rubrica b) matéria prima não alimentar;
 3. Em último caso, se mesmo assim existir propostas com igual classificação, realizar-se-á um sorteio para desempate daquelas, a promover pelo júri do procedimento, na presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão notificados, via correio eletrónico, para a sessão de sorteio com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias. O Júri elaborará a ata respetiva que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando apenas ao processo de contratação e que será divulgada por todos os concorrentes.

III – ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES E RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

19. Os interessados podem dirigir à Entidade Adjudicante, por escrito e através da plataforma eletrónica indicada no n.º 1, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, pedidos de esclarecimento relativamente a quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, bem como, neste mesmo prazo, apresentar uma lista de erros e omissões por si detetadas;
20. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri do Procedimento e através da mesma plataforma eletrónica, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
21. A pronúncia sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, bem como os termos do seu suprimimento aceites serão prestados, igualmente através da mesma plataforma eletrónica, até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
22. A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, por período correspondente ao atraso verificado.
23. A Entidade Adjudicante poderá, oficiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e retificações de erros ou omissões das peças do procedimento até às 17:00 horas do dia em que se conclua o segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, o prazo fixado para a apresentação das propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

IV – DOCUMENTOS DA PROPOSTA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

24. Na proposta, elaborada nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º, o concorrente manifesta a sua vontade de celebrar o contrato e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

25. A proposta deve ser acompanhada dos seguintes elementos:

- a)** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação;
- b)** Os atributos da proposta com os quais o concorrente se dispõe a contratar devem ser apresentados através do preenchimento dos documentos identificados nos Anexos J e K do Caderno de Encargos;
- c)** Certidão atualizada da Conservatória do Registo Comercial com identificação dos poderes da gerência e respetivo modo do seu exercício, atendendo ao disposto aos n(s)º 4 e 5 do art. 57.º do CCP ou código da mesma;
- d)** Declaração sob compromisso de honra, assinada pelo representante legal da empresa, em como se obriga a efetuar o Transporte de Refeições de acordo com o Código de Boas Práticas da ARESP para o Transporte de Alimentos (Anexo I, do presente Programa de Procedimento);
- e)** Documento comprovativo da exigência legal de implementação de sistema de segurança alimentar (HACCP), emitido por entidade credenciada, acompanhado da definição dos critérios microbiológicos internos (elenco e periodicidade das análises microbiológicas).
- f)** Declaração, no caso de o concorrente ser um agrupamento de empresas, em que as empresas agrupadas assumem solidariamente a responsabilidade perante o Município de Marco de Canaveses, pela manutenção da sua proposta, e se comprometem, em caso de adjudicação, a constituírem-se em agrupamento complementar de empresas (ACE) ou a associarem-se, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária dos agrupados ou consorciados, antes da celebração do contrato; a referida declaração, deve ainda indicar a respetiva participação de cada empresa associada e qual a empresa que representa o agrupamento para efeitos de notificação dos atos no decorrer do procedimento;
- g)** Declaração de Responsabilidade Social Empresarial, de acordo com o anexo ANEXO IV ao presente Programa de Procedimento;
- h)** Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
- i)** Serão excluídas as propostas cuja análise revele a não apresentação de todos os documentos referidos nas alíneas anteriores

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

26. Nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos elencados no ponto anterior devem ser **todos** assinados eletronicamente pelo concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de **assinatura eletrónica qualificada**.
27. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, tais documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
28. No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente a assinante com o Concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
29. Quer a proposta de preço, quer a lista de preços unitários, se aplicável, serão expressos em euros, e não incluirão o imposto sobre o valor acrescentado.
30. A falsidade de qualquer declaração implica a exclusão do concorrente do concurso, qualquer que seja a fase em que se encontre o respetivo desenvolvimento.

V - PROPOSTA VARIANTE

31. Não é admitida a apresentação de proposta variante, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

VI - IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

32. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
33. Quando pela sua própria natureza, ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução legalizada, em relação à qual declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

VII - PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

34. A proposta, compreendendo todos os documentos que a devam integrar, nos termos previstos no ponto 25, será apresentada através da plataforma eletrónica indicada em 2., até às **17:00:00 horas do sexto dia a contar da data disponibilização do presente procedimento**), ou daquele que vier, eventualmente, a ser determinado por

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

força de eventual concessão de prorrogação do prazo para a apresentação das propostas.

35. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos da proposta através da utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

VIII - PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

36. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contado da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário.

IX – ABERTURA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

37. No dia útil subsequente ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica referida no ponto 2. deste Convite.
38. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes publicada na plataforma eletrónica podem reclamar do facto, no prazo de 3 (três) dias contados da data da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
39. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, o júri publicará uma nova lista dos concorrentes e no caso de não se encontrar a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o previsto nos números anteriores.

X - DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

40. Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas apresentadas sejam excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento.
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

XI - ESCLARECIMENTOS À PROPOSTA

41. A Entidade Adjudicante pode pedir ao concorrente quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e avaliação da proposta.

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

42. Os esclarecimentos prestados pelo concorrente fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

XII. NEGOCIAÇÃO

43. As propostas não serão objeto de negociação.

XIII – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

44. Constitui requisito de habilitação, sob pena de caducidade da respetiva adjudicação, a inexistência de impedimento do adjudicatário, nos termos do artigo 55.º do CCP.

XIV – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

45. O adjudicatário deve entregar, **no prazo de 5 dias** a contar da data da notificação da decisão de adjudicação sob cominação do prescrito no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, os seguintes documentos de habilitação:
- i. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos e a que se refere a alínea a), do n.º 1 do artigo 81.º daquele diploma;
 - ii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações de impedimento previstas nas alíneas b), d) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Documento Comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação dos serviços que constituem objeto do presente contrato;
 - iv. Certidão permanente atualizada do teor de todas as inscrições em vigor respeitantes à empresa Adjudicatária emitida pela Conservatória do Registo Comercial;
 - v. Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da Certidão Permanente da Empresa.
46. Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira.
47. O modo de apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário deverá cumprir os termos constantes do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, tendo em conta o disposto no artigo 83.º-A do Código dos Contratos Públicos.
48. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, no prazo de 2 (dois dias, proceder à respetiva supressão.

XIV – CAUÇÃO

49. O adjudicatário deve prestar, no prazo de **10 dias** a contar da notificação de adjudicação, nos termos dos artigos 88.º e 89.º do CCP, uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

50. O modo de prestação da caução será nos termos do artigo 90.º do CCP, de acordo com os modelos contantes dos Anexos V, VI, VII.

XV - DESPESAS E ENCARGOS

51. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

XVII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

52. A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas na presente carta convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e suas alterações posteriores

- Anexa-se Caderno de encargos.

A Presidente da Câmara Municipal



Dra. Cristina Vieira

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ANEXO I

DECLARAÇÃO

_____(nome da firma), contribuinte fiscal n.º _____ com sede em _____, declara sob compromisso de honra, que o Transporte de Refeições será efetuado de acordo com o Código de Boas Práticas para o Transporte de Alimentos da ARESP – Associação da Restauração e Similares de Portugal.

(Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) da sociedade)

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ANEXO II

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUICAO

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a " _____ ", desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (indicar a figura jurídica adotada) (a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que a seguir de descreve:

As empresas associadas declaram que a empresa..... representará a associação perante a Câmara Municipal devendo toda a correspondência ser enviada para (indicar endereço, telefone, correio eletrónico e fax).

As empresas associadas assumem perante a Câmara Municipal de Marco de Canaveses responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas associadas assumem perante a Câmara Municipal de Marco de Canaveses. responsabilidade solidária passiva com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de prestação de serviço caso seja este o cocontratante.(b)

As empresas associadas obrigam-se a submeter à prévia apreciação e autorização da Câmara Municipal., qualquer alteração na composição da associação, sob pena de não fazendo, ver a sua proposta excluída ou, se for o caso, a adjudicação caducar.

Data _____

Assinatura (c) _____

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: "adotando o agrupamento a seguinte designação especial:

" " (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

(c) - Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Informar a Entidade Adjudicante de quais são os fornecedores, subcontratados e subfornecedores que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato de (tipo);
- k) Informar os seus fornecedores, subcontratados e subfornecedores do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 201....

Assinaturas

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ANEXO IV

Modelo de caução – guia de depósito -

€.....

Vai..., residente (ou com escritório) em..., na..., depositar na... (sede, filial, agência ou delegação) da... (instituição) a quantia de (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para o contrato que tem por objeto o....., para os efeitos do n.º 1 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de Câmara Municipal do Marco de Canaveses., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data..... Assinaturas....

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ANEXO V

Modelo de caução - garantia bancária -

O Banco..., com sede em..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de..., com o capital social de..., presta a favor do MUNICIPIO MARCO DE CANAVESES garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de..., correspondente a ... % do valor do contrato, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela o MUNICIPIO MARCO DE CANAVESES vai outorgar e que tem por objeto, regulado nos termos da legislação aplicável, designadamente o Código dos Contratos Públicos.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do MUNICIPIO MARCO DE CANAVESES sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável, mais concretamente o Código dos Contratos Públicos.

Data..... Assinaturas.....

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

ANEXO VI

Modelo de seguro caução

companhia de seguros....., com sede em....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de....., presta a favor do MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de....., correspondente a% do valor do contrato, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela o MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES vai outorgar e que tem por objeto o, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação, no prazo de cinco dias úteis, após solicitação do MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro. A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data. Assinaturas